

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

### GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação

#### INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO ESTADO BUROCRÁTICO: O CASO DO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Alexandre Carlos Gugliotta (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Maria Nélide González de Gomez (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Vitor Fonseca (Universidade Federal Fluminense – UFF)

#### *INFORMATION IN SERVICE TO THE BUREAUCRATIC STATE: THE CASE OF THE GOVERNMENT VARGAS (1930-1945)*

#### **Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral**

**Resumo:** O artigo pretende demonstrar como a informação se tornou um elemento de importância para o Estado burocrático durante a Era Vargas (1930-1945). As transformações trazidas pelo governo de Getúlio Vargas influenciaram a forma como o Brasil lidava com a informação, que passou a ganhar uma dimensão maior como elemento de apoio às decisões do Estado. A partir da análise de cinco instituições criadas durante o Estado Novo (1937-1945), argumenta-se que a informação, após organizada, poderia ser disseminada como elemento estratégico para as políticas de Estado. Foi realizada uma revisão de literatura sobre o período em questão, a fim de investigar o uso da informação no novo regime de informação vivenciado pelo país. Utiliza conceitos relevantes para demonstrar as novas configurações dadas à informação. Conclui-se que as instituições do período varguistas foram responsáveis pela produção, organização e disseminação, com racionalidade e previsibilidade, de informações com caráter oficial. A burocracia do Estado passou a ordenar a produção da informação oficial por meio de procedimentos que exigiam racionalidade e previsibilidade, o que levava à informação a atender dois propósitos: servir como um instrumento para o aperfeiçoamento do próprio Estado burocrático e orientar os interesses voltados para a propagação da ideologia do governo autoritário.

**Palavras-Chave:** Informação; Instituições; Estado Burocrático.

**Abstract:** The article intends to demonstrate how information became an element of importance for the bureaucratic state during Getúlio Vargas' government. Transformations brought by the Vargas' government influenced the way in which Brazil dealt with information, which began to gain a larger dimension as a determining element in support of State decisions. From the analysis of five institutions created during the Estado Novo, this paper argues that information, once organized, could have been disseminated as a strategic element for state policies. The study uses as a methodology a literature

review during the period in question in order to investigate the information's use in favor of the new information regime that the country was experiencing. The study also uses relevant concepts within the field to demonstrate the new arrangements for information dissemination. It concludes indicating that the institutions of the period that were responsible for the dissemination of organized information that with official character/means. The state's bureaucracy started to order official information production through procedures that require rationality and predictability. This mechanism allowed the information to serve two purposes: to function as an instrument for perfecting the bureaucratic state itself and to guide the interests of the propagation of ideology from authoritarian rulers.

**Keywords:** Information; Institutions; Bureaucratic State.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente foi elaborado no âmbito de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Doutorado em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Seu objetivo é demonstrar como a dinâmica do governo varguista entre 1930 e 1945, ao construir um Estado burocrático, necessitava da informação para o controle econômico, político e social do país e a promoção de sua modernização.

Argumenta-se que, no Estado Novo, a informação recebeu um caráter de recurso estratégico para definição de decisões assumidas pelo Estado burocrático. Para tornar mais eficaz o processo de tomada de decisões, tornava-se necessário alcançar não apenas o controle do fluxo de informações, mas também conseguir produzir e disseminar informações oficiais. Reconhecidas como válidas, elas ganhavam a permissão para circular entre os vários setores estatais reproduzindo o discurso da “verdade” dentro da rede da burocracia do Estado.

Por meio de um levantamento bibliográfico sobre o período, procura-se defender a tese de que a informação passou a receber um status estratégico, principalmente a partir da fundação de algumas instituições que, em nossa concepção, contribuíram de forma especial e efetiva nesse processo, ao produzirem e disseminarem informações oficiais que serviam aos propósitos de um Estado burocrático como apoio às suas decisões. Essas instituições são o Instituto Nacional do Livro (INL), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação aos conceitos utilizados pelo campo da Ciência da Informação, o texto ressalta as contribuições dos estudos em torno do regime de informação desenvolvido por

González de Gómez que auxiliam a demonstrar como a formação da Era Vargas representou a configuração de um novo regime informacional para o país.

## **2 ESTADO BUROCRÁTICO NO BRASIL**

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por meio da Revolução de 1930, levou o Brasil a vivenciar uma nova configuração em sua forma de Estado. Um Estado burocrático com viés autoritário passou a modelar os rumos econômicos, políticos e sociais do país. Contudo, o período denominado de Era Vargas exige algumas atenções. A principal delas talvez seja aquela que procura homogeneizar os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve no poder como se fosse um bloco único, perpassado pelas mesmas características. De acordo com Elis Diniz (1999), a Era Vargas poderia ser sistematizada em três fases: o governo provisório (1930-1934), o governo constitucional (1934-1937) e a ditadura (1937-1945).

As transformações políticas e institucionais que o Brasil passou a vivenciar a partir da Revolução de 1930 culminaram no Estado Novo, em 1937. Essas transformações constituíram a expressão da vontade política dos agentes que apoiaram Getúlio Vargas para a construção de uma estrutura corporativa e hierarquizada da sociedade. No entanto, o modelo centralizador e autoritário que permitiu o impulso à industrialização e demonstrou o empreendedorismo deste Estado burocrático contou com o apoio de novos organismos que auxiliaram na formulação de um cenário diferente para a nação. Seriam esses organismos então criados os sustentadores de um projeto hegemônico de poder apoiado na formulação de um Estado burocrático.

Em comparação com a Primeira República (1889-1930), o Estado burocrático de Vargas marcou a sua presença de forma muito mais efetiva perante a sociedade. Por meio de um corpo burocrático, a administração pública ganhou novos contornos para atender a um Estado mais presente e moderno. As instituições fundadas durante este período, em especial aquelas que atuavam como organismos de recolha, gerenciamento e disseminação de informações, possuíam a pretensão de ampliar a capacidade de compreensão e mapeamento da sociedade brasileira.

A burocracia configurada no Governo Vargas representou um dos sinais de modernização do Estado brasileiro que passava a demonstrar a sua capacidade de planejar ações que eram orientadas com base em decisões políticas para o fomento do crescimento industrial. A estrutura da burocracia estatal era um canal que permitia ao Estado atingir vários

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

segmentos da sociedade, influenciando a implementação de um modelo desenvolvimentista que visava resultados estabelecidos pelo projeto de modernização do país. Os burocratas do governo varguistas, atuando dentro da esfera do Estado, eram capazes de propagar a ideologia da hierarquização e das relações sociais de dominação.

A burocratização passava a marcar esses novos tempos, nos quais os documentos recebiam uma maior atenção. Os documentos, muito além de serem vistos como instrumentos para a organização burocrática, devem ser compreendidos como objetos importantes para a constituição de ideologias e regras. Em um Estado burocrático, são os documentos que definem as novas práticas e, por meio deles, é possível recuperarmos a materialidade do discurso burocrático. O principal teórico da burocracia, Max Weber, havia propagado a imagem de que os documentos representavam a melhor imagem da materialização da burocracia. Assim, pensar em Estado moderno burocrático significava pensar na presença de documentos, uma imagem tão forte que auxiliou a difundir a crença de que a falta dos documentos pode gerar incertezas e uma situação de perigo para os indivíduos (HULL, 2012 p.258).

Instrumentos por excelência de uma configuração burocrática, os documentos eram os veículos da informação oficial gerada e organizada pelas instituições fundadas durante a Era Vargas. A informação foi um dos instrumentos principais para o processo de burocratização na Era Vargas, mesmo porque a burocracia liga-se totalmente à informação. Se por um lado a informação se apresentava como instrumento para o aperfeiçoamento do processo de burocratização, por outro, ela deveria servir ao Estado burocratizado quando apresentada de uma forma racional, organizada por procedimentos normativos e formais.

Na Era Vargas, as informações obtidas, tratadas e armazenadas pelas instituições então criadas auxiliavam a mapear o país. Com o auxílio de canais formais, também esses organizados no período varguista, a informação era disseminada para atender os propósitos de fortalecimento do poder central, pois fornecia subsídios para a criação de políticas públicas. A informação era organizada pelas instituições do Estado burocrático instituída pela Era Vargas que passava a utilizá-la de forma racional, com a finalidade de construir o conhecimento que o governo desejava que fosse divulgado para a sociedade.

A informação produzida no ambiente de um Estado burocrático deveria circular por meio de canais estabelecidos, sendo registrada em documentos produzidos pela administração pública. A informação que servia ao Estado burocrático da Era Vargas possui

uma relação forte com a questão do poderio estatal e, para tanto, se fazia necessário que o país iniciasse a preparação de um campo informacional voltado para atender às demandas do Estado.

### **3 INSTITUIÇÕES E INFORMAÇÃO**

As instituições criadas durante o período varguista alimentavam as estruturas de poder, assumindo o papel de fornecedoras de serviços à sociedade ao mesmo tempo em que acumulavam informações sobre ela. À máquina burocrática estatal cabia a produção de um conhecimento social capaz de apresentar a realidade à sociedade como um grande mosaico em que espaços diferenciados poderiam ser observados para compor um todo integrado. Com a ajuda da burocracia, o poder estatal podia utilizar o domínio da sociedade a favor dos seus interesses de controle e organização. É nesse quadro que se observa uma relação mais expressiva entre o Estado e a informação que se transformava num recurso estratégico de governamentalidade<sup>1</sup>.

Para uma avaliação mais consistente da importância que a informação passava a ganhar durante a Era Vargas, este estudo selecionou cinco instituições criadas nesse período histórico. Foram escolhidas por serem consideradas as mais significativas ao lidarem com a informação como elemento indispensável para a nova organização burocrática que passava a vigorar no país. Foram separadas em dois grupos, não de acordo com a ordem cronológica de formação, mas pela forma como a informação servia a seus propósitos. No primeiro grupo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgãos que atuaram na divulgação de informação oficial em apoio à imagem que se desejava construir dos avanços do governo Vargas e da importância do seu líder. No segundo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por serem instituições que trabalharam de forma mais efetiva com a produção, a recolha, o tratamento, a organização e a disseminação da informação para servir às necessidades do governo.

---

<sup>1</sup> De acordo com Foucault (2008), “governamentalidade” representaria o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

#### **4 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP)**

Muitos estudos apresentaram o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como o órgão símbolo de repressão e cerceamento da liberdade de informações por parte do Estado Novo. A observação do DIP como órgão atuante no governo autoritário e burocrático de Getúlio Vargas traz à tona uma série de reflexões em torno de como o Estado Novo lidava com a difusão da informação e como um expressivo grupo de intelectuais trabalhou nesse órgão para propagar a ideologia estatal. O DIP ampliou a capacidade do Estado em intervir nos meios culturais e de comunicação de massas (CAPELATO, 1999, p.172).

Criado pelo decreto-lei nº. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, regulamentado pelo decreto-lei nº. 5.077, de 29 de dezembro deste mesmo ano, o DIP possuía a responsabilidade de propagar informações que deveriam circular, basicamente, em três veículos: o cinema, o teatro, o rádio e a imprensa. Esses meios de comunicação possuíam uma amplitude muito grande para atingir todos os grupos sociais, em especial a classe trabalhadora. A propaganda do Estado Novo e a censura às informações consideradas nocivas e perigosas passaram a ser responsabilidade do DIP.

Skidmore (1985) defende que o DIP possuiu um papel primordial no processo de construção da imagem de Getúlio Vargas como o grande líder da nação. Publicações do DIP tais como “O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã”, cujo primeiro volume foi apresentado ao público em 1939, serviram como instrumento para a propagação ideológico que exaltava a figura do ditador como o responsável pela transformação do país ao longo do tempo. Os meios de comunicação de massa foram utilizados para intensificar a propaganda a favor do Getúlio Vargas. Capelato (1999) afirma que muito embora o modelo de persuasão das massas no Brasil não possa ser equiparado ao vivenciado no fascismo ou nazismo, o DIP cumpriu o seu papel na elaboração de slogans e frases de efeito para propagar os valores do Estado Novo.

O governo varguista entendia ser necessário se aproximar do povo, por isso soube convocar inúmeros intelectuais para atuarem no cinema, no rádio, nos noticiários de esportes, no meio musical, no setor educacional, na imprensa e dentro do próprio DIP. Representaram um canal de comunicação entre o povo e a ideologia governamental, atuando como

verdadeiros intelectuais orgânicos<sup>2</sup>. A preocupação com em compreender o Brasil “real” estimulava a necessidade do recolhimento de dados por parte dos diversos órgãos criados na Era Vargas. A realidade social, política, econômica, populacional e geográfica do país deveria a ser interpretada de acordo com a ideologia autoritária do regime varguista. Conforme os interesses do Estado, as informações eram divulgadas pelas revistas, pelos jornais, pelos programas de rádio e pelos filmes nos cinemas, pelo trabalho de intelectuais que auxiliavam na estruturação de um novo tempo para o país, no qual o povo deveria sentir que fazia parte das políticas do Estado.

O DIP foi criado com o intuito de difundir por todo país informações entendidas como "oficiais" fornecidas diretamente pelo governo. Havia, portanto, por parte do governo varguista, uma notória preocupação com a coleta de dados e informações fornecidas pelas agências e institutos que, ao serem repassadas ao DIP, se transformavam em informação a favor dos interesses do Estado. Todo e qualquer informação contrária aos interesses governamentais era passível de sofrer censura pelo DIP que mantinha uma constante vigilância sobre a produção cinematográfica, os programas de rádio e os artigos publicados pela imprensa.

## **5 INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO – INL**

Em 21 de dezembro de 1937, o decreto nº. 93 instituiu o Instituto Nacional do Livro (INL) que possuía como objetivos a propagação da cultura nacional por meio da elaboração de uma enciclopédia brasileira e de um dicionário da língua nacional, projetos que nunca chegaram a se concretizar, além da edição de obras raras de língua portuguesa. Outra finalidade do INL era incentivar a criação de bibliotecas públicas no Brasil. Mário de Andrade envolveu-se com o INL e defendia que as bibliotecas públicas representavam uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento da cultura brasileira.

Cabia também ao INL a compra e a distribuição de livros para várias bibliotecas públicas. Em relação à expansão de bibliotecas públicas, é possível afirmar que o INL cumpriu sua função, pois se em 1938 eram 78 bibliotecas identificadas no Brasil, em 1945, esse número

---

<sup>2</sup> De acordo Gramsci (1975), o papel do intelectual nunca deve ser entendido como autônomo e independente, mas antes, suas ações são justificadas dentro do conjunto das relações sociais em que estão inseridos. Os intelectuais orgânicos, por se ligarem a um tipo de Estado e sociedade capaz de operar novos significados a forma de produção material e cultural, são capazes de confere homogeneidade e consciência aos indivíduos pertencentes à camada social em que estão inseridos.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

havia subido para 332. Coube ao INL patrocinar uma campanha para o cadastramento das bibliotecas existentes, sendo a biblioteca pública de Palmeira dos Índios, em Alagoas, a primeira a registrar-se. A assistência às bibliotecas e aos bibliotecários não foi esquecida— os bibliotecários receberiam assistência técnica especializada por parte do INL, que organizou cursos de biblioteconomia em várias cidades do Brasil (CUNHA, 1967).

O Diretor do INL, desde sua formação até 1956, foi o poeta gaúcho Augusto Meyer que, baseando-se nos ideais da *Comisión Nacional de Bibliotecas Populares de Argentina*, defendia a criação de bibliotecas regionais em diversas cidades do Brasil. Dentro desta perspectiva, Meyer argumentava que bibliotecários com formação profissional reconhecida em cursos de biblioteconomia deveriam ser designados para a direção das bibliotecas (OLIVEIRA, 1994). As propostas de Meyer para o desenvolvimento de bibliotecas no país deixavam transparecer os ideais do DASP de racionalização e meritocracia com a proposta de oferecimento de um serviço público de qualidade e, acima de tudo, realizado por profissionais capacitados para a execução de suas tarefas.

Inegavelmente, o INL auxiliou de forma expressiva a propagação de bibliotecas públicas pelo país. Os projetos pensados no INL em torno da valorização da leitura, mesmo que muitos não tenham sido efetivados, serviram para demonstrar que o Brasil avançava em um regime voltado para futuras políticas informacionais. As bibliotecas públicas receberam uma atenção especial nos planos do INL, que as direcionou para atuarem como complemento ao processo educacional da população brasileira.

A criação do INL demonstrava que o Brasil da Era Vargas estava aberto aos projetos de intelectuais que pensavam em retirar o país do atraso cultural, do “iletramento” que marcava a sociedade brasileira. Mesmo que esse projeto possuísse limitações, como comprova a atuação do DIP em sua função de censura e controle do que era produzido no meio editorial, não é irrelevante observar que a criação do INL se encaixava com o ideal de modernização do Brasil por meio da presença estatal configurando o direcionamento de ações favoráveis ao crescimento cultural da nação.

## **6 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS – INEP**

Criado em janeiro de 1937, mas somente regulamentado no ano seguinte, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) deveria organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter o intercâmbio com instituições

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

nacionais e estrangeiras; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação; divulgar consultas, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar seus trabalhos.

O INEP abrangia as seguintes unidades: Serviço de Expediente, Serviço de Biometria Médica, Biblioteca Pedagógica, Museu Pedagógico, além de quatro seções técnicas: Documentação e Intercâmbio; Inquéritos e Pesquisa; Psicologia Aplicada; Orientação e Seleção Profissional. Observa-se, portanto, que o INEP possuía uma forte ligação com o DASP no que se referia à promoção de investigações sobre os problemas de orientação e seleção profissional, além de se preocupar com o aperfeiçoamento, a especialização e a adaptação tanto dos novos quanto dos antigos servidores que participavam da engrenagem da máquina estatal do Estado Novo. A presença de um Serviço de Biometria Médica, mantido e organizado pelo INEP, se explica por sua relação com o DASP no que dizia respeito a uma orientação mais racionalizada para a seleção de pessoal dentro dos quadros da administração pública (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 182).

A tarefa de inquirir e investigar exigia que o INEP passasse a acumular informação sobre os mais diversos aspectos da educação no Brasil. A observação deste instituto serve-nos como mais uma prova de que a informação ganhava uma nova conotação durante o Estado Novo. A coleta de estatísticas sobre a situação das escolas, a recolha de informação sobre métodos e procedimentos didáticos e o agrupamento de dados sobre as condições das populações brasileiras nos mais recônditos locais de um país continental mostravam a significativa vinculação do INEP com a necessidade de informação que serviria para a construção de conhecimento sobre diversos aspectos educacionais do Brasil das décadas de 1930-40.

As novas preocupações com a informação demonstravam que um órgão como o INEP era capaz de recolher informações que gerassem o conhecimento necessário para a implementação de políticas educacionais. As informações fornecidas pelo INEP representavam um valioso instrumento nas mãos de intelectuais e políticos preocupados com o destino educacional da nação, desde o nível mais elementar às esferas universitárias.

## **7 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO – DASP**

Certamente, a instituição que mais influenciou na reorganização da estrutura do corpo de funcionários e representou a mais expressiva personificação do Estado Novo foi o DASP.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Criado em 1938, o DASP agia como um verdadeiro órgão executor das reformas propostas pelo Estado Novo de 1937, pois se preocupava com a reformulação do serviço público por meio de concurso público e critérios uniformes para a organização dos serviços de pessoal, de seu aperfeiçoamento sistemático e da classificação de cargos. O DASP também assumia o compromisso com a racionalização orçamentária, além da padronização das compras feitas pelo Estado, procurando evitar desperdícios e altos custos.

Com o advento da modernização no Brasil, expressa no crescimento da industrialização e da urbanização, o Estado burocrático passou a criar demandas por profissionais capazes de ocuparem cargos na esfera pública. A reforma administrativa desenvolvida pela Era Vargas passou por etapas que podem ser esquematizadas da seguinte forma: criação, em 1930, da Comissão Permanente de Padronização de Material; em 1934, a inscrição do sistema de mérito na Constituição; a instituição da Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, em 1936, o que levou a criação do Conselho Federal do Serviço Civil (CFSPC) e da Lei n. 284 que estabeleceu as normas básicas da administração pessoal e um sistema de classificação de cargos; a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938; em 1939, o primeiro Estatuto do Funcionário (CARVALHO, 1999, p. 51-52)

A preocupação com a formação de um quadro de servidores públicos comprometidos com os ideais do Estado significou uma verdadeira inovação, pois nascia a pretensão, ao menos de forma idealizada, de fazer com que a meritocracia substituísse as antigas práticas clientelistas. A necessidade de gerar eficiência e impessoalidade para a execução dos serviços administrativos foi espelhada no modelo norte-americano de administração pública, inaugurando também uma etapa de controle rígido na execução dos processos e a hierarquia dos cargos e funções.

O DASP, por envolver-se diretamente com o caráter burocrático do novo Estado que passava a ser configurado, não podia deixar de apresentar uma preocupação particular em relação à documentação administrativa. Uma vez que cabia ao DASP a tarefa de organizar o serviço público por meios e princípios racionais que expressariam a organização de uma série de ações executadas por mão de obra especializada, era de se supor que a documentação administrativa entrasse no rol de suas preocupações como instrumento predominante em prol da efetiva execução das funções administrativas.

De acordo com Sambaquy (1978), o DASP incentivou os órgãos públicos a reunirem uma significativa quantidade de documentos que precisavam ser organizados por serviços de

documentação presentes em todos os Ministérios. Responsável direta pela biblioteca do DASP, a observação de Lydia Sambaquy demonstrava o quanto esse órgão estava ciente da relevância da organização e do tratamento da informação, por meio de processos metodológicos de abordagens tecnicista e científica, pautados na racionalidade, como instrumentos para o processo de execução das tarefas.

No período em que chefiou a biblioteca do DASP, Lydia Samabquy soube utilizar-se de novos paradigmas para inovar os serviços informacionais a serem oferecidos ao público interno e externo do órgão. No ano de 1942, a biblioteca do DASP desenvolveu um projeto de catalogação cooperativa, o chamado Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC)<sup>3</sup>.

No Brasil, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) representou um grande avanço para as atividades biblioteconômicas pelo fato de buscar a colaboração das bibliotecas espalhadas pelo Brasil dispostas a unirem seus esforços para o intercâmbio da descrição bibliográfica dos seus acervos. De acordo com Campello (2006), qualquer biblioteca poderia enviar suas fichas catalográficas para o SIC, onde eram revistas para, finalmente, serem impressas e distribuídas às unidades de informação cooperantes. Para que o trabalho de impressão, distribuição e venda das fichas catalográficas se tornasse uma realidade, o DASP contou com o apoio do Departamento de Imprensa Nacional.

O DASP reformulou o serviço público e a maneira como a administração deveria lidar com a vasta documentação produzida. O DASP ligava-se indissociavelmente à mudança de perspectiva em relação à maneira como a informação deveria ser tratada e organizada não só para ser disseminada, mas principalmente para ser usada pela administração pública.

Cabia ao DASP a responsabilidade por formar um novo corpo de servidores públicos que deveriam executar tarefas de forma eficiente dentro da administração pública. Assim, como não poderia deixar de ocorrer, os profissionais que trabalhavam com a informação e atuavam dentro da administração também foram influenciados pelos ditames do DASP que possuía grande interesse no tratamento e na disseminação da informação contida nos documentos produzidos pelas esferas governamentais. Santos (2008) aponta que as práticas arquivísticas no Brasil avançaram muito a partir das ações do DASP, pois com o advento do DASP a preocupação com a documentação recebeu um novo enfoque.

---

<sup>3</sup> Lydia Sambaquy merece receber o título de precursora da catalogação cooperativa no Brasil ao instalar um avançado serviço de catalogação cooperativa inspirado por sua visita à Library of Congress.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

A Revista do Serviço Público, editada pela primeira vez em 1937, pelo então precursor do DASP, o Conselho Federal do Serviço Público Civil, expressava em suas primeiras edições a nova preocupação com a modernização das funções do Estado contribuindo ao processo de repensar o papel dos arquivos, que não mais deveriam ser entendidos como um simples depósito de papéis ou um lugar de mera organização de documentos avulsos. A documentação administrativa deveria ser entendida como um instrumento de apoio à administração, por isso mesmo tanto os arquivos como as bibliotecas passavam a ter uma função significativa em torno de questões administrativas.

É possível concluir afirmando que o DASP também influenciou a práticas dos profissionais que lidavam diretamente com a informação. Esses profissionais eram capitados pelo Estado burocrático para atuarem nas novas instituições fazendo uso das novas técnicas que vinham da Europa e dos Estados Unidos, com o propósito de oferecerem respostas a situações-problema envolvendo o controle documental e bibliográfico.

**8 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**

As informações estatísticas foram compreendidas como um poderoso instrumento para auxiliar na análise e constituição de qualquer forma de Estado moderno. Ao trazer para o palco a população que compõe um Estado, a informação estatística gerou uma verdadeira transformação na ordem do saber-poder.

Na lógica dos Estados modernos, as informações estatísticas possuíam o poder de romper com as individualidades para construir coletividades. As estatísticas, se bem entendidas e utilizadas, se transformam num valioso instrumento para a construção de uma “realidade” que os governantes necessitam propagar. Eis porque as estatísticas se relacionaram muito bem com a lógica do poder, visto se apresentarem como a “verdade” em si mesma, o que impediria qualquer forma de questionamento ou contestação. As estatísticas auxiliam ao Estado na produção de discursos que refletem a “verdade”, pois representam uma forma de linguagem que, no geral, se expressa em números, tabelas e gráficos, apresentando um caráter de universalidade, de totalidade capaz de gerar para as populações uma impressão mais rápida e superficial de um dado assunto.

Auxiliando na construção de políticas públicas, as informações estatísticas ajudam a desenhar os espaços sociais. Representariam uma fonte de informação especial porque serve muito bem ao poder. Manipular o saber advindo da informação estatística traz a vantagem da

afirmação do "discurso neutro", do discurso baseado em números. Dentro da lógica de um projeto de Estado centralizado, a informação estatística vem de encontro com a lógica da justificativa do poder por si mesmo. As informações estatísticas seriam capazes de apreender a realidade, denunciar injustiças sociais, apresentar avanços econômicos, justificar decisões políticas, organizar grupos de interesses, modificar planejamentos etc.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1938 pelo decreto-lei n. 218, tendo sua origem no Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>4</sup>, foi pensado para agir como o arcabouço dos sistemas de informação do Brasil. As informações recolhidas pelo IBGE seriam elementos primordiais para a construção do conhecimento que permitisse reconhecer o país em sua totalidade. As informações em poder do IBGE possibilitavam ao Estado burocrático aprofundar as análises econômicas e o saber sobre as características regionais. Quanto mais informações demográficas, econômicas, socioeconômica e geográfica fossem acumuladas e organizadas, maiores eram as possibilidades de o Estado pensar e desenvolver novas políticas.

As informações sobre a realidade do Brasil das décadas de 1930 e 1940 significavam material de grande relevância para a construção do mapa social do país de uma forma abrangente que integrasse todo o território nacional, bem a propósito do Estado centralizador imaginado por Vargas. Dentro da lógica do Estado moderno burocrático, a criação de uma instituição voltada para a produção de estatísticas oferecia um caráter oficial às informações colhidas. As informações tratadas pelo IBGE eram apresentadas ao público com um caráter de confiabilidade, ou seja, presumia-se que haviam passado pelo crivo de normas e princípios e, por isso, serviam como fonte oficial para que a sociedade brasileira compreendesse a si mesma. Em suma, as informações ganhavam um caráter burocrático, passando a ser base essencial para os propósitos de crescimento econômico e social da nação.

As informações organizadas pelo IBGE apresentavam-se como um bem a serviço do Estado burocrático. Apresentavam-se como oficiais e cobertas de precisão, por isso mesmo poderiam servir para atender a vários setores da sociedade e auxiliariam na construção de

---

<sup>4</sup> Em 1933, reuniu-se uma comissão interministerial que organizou um anteprojeto para a construção do Instituto Nacional de Estatística (INE) que foi instalado em maio de 1936. O INE foi transformado no Conselho Nacional de Estatística (CNE) que passou a se preocupar com a construção, em 1937, do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) que deveria ser transformado num órgão central capaz de coordenar as instituições geográficas nacionais. No ano de 1938, devido à ampliação das atribuições, o INE passou a ser denominado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vinculando-se diretamente à Presidência da República.

diretrizes políticas. A informação organizada e tratada pelo IBGE poderia ser vista como sendo a oficial, tornando-se íntegra, relevante e consistente; em outras palavras, serviria para gerar tomadas de decisões a serviço dos propósitos estatais.

O governo centralizador da Era Vargas compreendeu que a organização da informação estatística representava uma maior probabilidade de controle da realidade social e econômica, um instrumento poderoso para a política do Estado Novo – dados capazes de gerar conhecimento. Quando reunidas em um centro de cálculo<sup>5</sup>, como no caso o IBGE, as informações estatísticas servem como instrumento de poder para a construção da realidade que se pretende ler. As leituras feitas a partir de fontes estatísticas pertencem a redes de saberes que alimentam o próprio processo de busca por mais dados estatísticos num crescente ciclo de acumulação.

A informação estatística se colocava no cenário político da Era Vargas como repleta de legitimidade, credibilidade, dotada por um discurso científico. Por meio da análise do IBGE, é possível reconhecer a estreita relação entre o governo Vargas e a importância da informação estatística como instrumento de mapeamento e controle da população. O IBGE oferecia subsídios para a elaboração de políticas governamentais que podiam ser justificadas pelo discurso científico segundo o qual os dados apresentados falariam por si mesmo.

O IBGE era uma instrumental a mais para que o Estado burocrático ampliasse a sua capacidade de conhecimento sobre as mais variadas situações, para a superação de lacunas em torno das mazelas sociais que ainda colocavam o país em uma situação de atraso. O IBGE representou o espaço para que a informação pudesse ser recebida, transformada, organizada, para enfim ser transferida por diversos canais. Este instituto sintetiza bem a vontade do governo Vargas em dominar esse importante instrumental, a informação, que se colocava a serviço das questões do Estado Novo que primava pela urgente modernização da nação.

## **9 CONCLUSÕES**

Com o advento da Era Vargas, a informação passaria a se tornar objeto das estratégias do governo. O país iria configurar um novo cenário para a organização e a disseminação da informação, no qual as políticas públicas encontrariam nessa um elemento de apoio ao Estado centralizador, o que resultaria numa configuração mais racional da máquina administrativa. A

---

<sup>5</sup> Refere-se ao conceito pensado por Bruno Latour (2000), como sendo espaços de onde se acumulam e organizam inscrições.

informação apresentava-se como fator estratégico para os objetivos de modernização, ganhando uma dimensão não visualizada na Primeira República e tornando-se fator estratégico para o fortalecimento da política autoritária desencadeada de maneira mais plena a partir de 1937, com a ascensão do Estado Novo.

Compreende-se o regime de informação<sup>6</sup> como sendo o modo informacional dominante em uma dada formação social, uma vez que se relaciona, entre outras questões, com os modelos de organização, interação e distribuição da informação em um contexto político, social e cultural. Defende-se, portanto, que a Era Vargas foi responsável pela demarcação de um novo regime de informação para o Brasil determinado por um Estado burocrático que procurava ter o controle de informações de caráter administrativo, além daquelas de configuração sócio educacional. Neste estudo, realizou-se a sistematização das ações informacionais do Estado em dois sentidos: aquelas de cunho administrativo possuidoras de uma importância fundamental como valor estratégico capaz de aprimorar as ações do Estado burocrático por meio do DASP e do IBGE, e as de caráter sócio educacional expressas nos programas do INEP, INL e DIP.

De fato, as instituições do período varguistas foram responsáveis pela produção de informações organizadas e disseminadas com caráter oficial. A burocracia do Estado passou a ordenar a produção da informação oficial por meio de procedimentos que exigiam racionalidade e previsibilidade. Com o advento da Era Vargas, a informação deveria atender a dois propósitos bem específicos, mas que se complementavam: servir como um instrumento de aperfeiçoamento do próprio Estado burocrático e propagar a ideologia do governo autoritário.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Org., rev. atual. de Elza Lima e Silvia Maia. Rio de Janeiro: BNG: Brasilart, 1978.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**. Rio de Janeiro, 27 dez.

---

<sup>6</sup> De acordo com González de Gómez (2012, p. 43), regime de informação pode ser definido como [...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-norma-pe.html>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº. 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I. P.). **Diário Oficial [da] União**. Rio de Janeiro, 30 dez. 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-norma-pe.html>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao Controle Bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. cap. 9, p. 167-178.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. O Instituto Nacional do Livro e os modernistas: questões para a história da educação brasileira. **Cad. hist. educ.**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p.543-557, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/21711/11920>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CUNHA, Fausto. INL: 30 anos. **Rev. Livro**, Rio de Janeiro, n. 31, ano X, 1967.

DINIZ, Elis. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. cap. 2, p. 21-38.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Turim: Einaudi, 1975.

HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. **Annu. Rev. Anthropol**, 41, p.251-267, 2012.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc, JACOB, Christian (coord.). **O poder das bibliotecas** : a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p.21-44.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 179-185, jan./abr. 2005. Publicado originalmente na RBEP v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./ set. 1964. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/855/830>>. Acesso: 2 ago. 2017.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989.1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Da biblioteconomia à informática. **Ci. Inf.**, v. 7, n. 1, p. 5-60, 1978.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em:  
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.